



PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAISÓPOLIS – MG  
Praça Getúlio Vargas, 38 – Centro – Paraisópolis/MG – CEP 37.660-000  
Tel.: 35 3651 1500 – E-mail: pmparaisopolis@gmail.com

## AUTORIZAÇÃO

Estando cumpridas as formalidades previstas na Lei n.º 14.133/2021, **AUTORIZO** a utilização da Ata de Registro de Preços n.º 005/2024, do Processo Administrativo Licitatório n.º 005/2024, referente ao Pregão Eletrônico n.º 005/2024, do **Consórcio Intermunicipal Multifinalitário dos Municípios do Extremo Sul de Minas - CIMESMI**, cujo objeto é aquisição de pneus novos (primeira vida), devidamente certificados pelo Inmetro, e correlatos, para uso na manutenção dos veículos da frota de veículos do município de Paraisópolis, especificado no Termo de Referência, Anexo do Edital, que é parte integrante desta Ata do qual Município de Paraisópolis/MG é participe, conforme solicitação e em atendimento ao disposto no inciso II do art. 16 da Lei Complementar n.º 101 de 05 de maio de 2000, declaro que a despesa tem adequação orçamentária e financeira com a lei orçamentária anual, compatibilidade com o plano plurianual e com a lei de diretrizes orçamentárias.

Paraisópolis, 28 de abril de 2026.

**EVERTON DE ASSIS FERREIRA**  
Prefeito Municipal



**PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAISÓPOLIS – MG**  
Praça Getúlio Vargas, 38 – Centro – Paraisópolis/MG – CEP 37.660-000  
Tel.: 35 3651 1500 – E-mail: pmparaisopolis@gmail.com

## **DESPACHO**

Defiro a abertura de Processo Administrativo, como requerida, condicionando-a à existência de Crédito Orçamentário e disponibilidade financeira para 2026 para atender às respectivas despesas, na forma da Lei.

Paraisópolis, 28 de abril de 2026.

**HANDERSON ALEX RIBEIRO**  
Diretor de Administração



**PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAISÓPOLIS – MG**  
Praça Getúlio Vargas, 38 – Centro – Paraisópolis/MG – CEP 37.660-000  
Tel.: 35 3651 1500 – E-mail: pmparaisopolis@gmail.com

## **ESTIMATIVA DO IMPACTO ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRO**

**VILMA PALMA SILVEIRA**  
Diretor do Departamento de Contabilidade e Orçamento



PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAISÓPOLIS – MG  
Praça Getúlio Vargas, 38 – Centro – Paraisópolis/MG – CEP 37.660-000  
Tel.: 35 3651 1500 – E-mail: pmparaisopolis@gmail.com

## DECLARAÇÃO

Eu, Handerson Alex Ribeiro, Diretor do Departamento Municipal de Administração, ordenador da despesa, declaro para fins de atendimento ao inciso II, do artigo 16 da Lei Complementar 101/2000, que o aumento da despesa relativa à utilização do Processo Administrativo Licitatório nº 005/2024, referente ao Pregão Eletrônico nº 005/2024, da Ata de Registro de Preços n.º 005/2024 formalizado pelo **Consórcio Intermunicipal Multifinalitário dos Municípios do Extremo Sul de Minas - CIMESMI**, está adequado à Lei Orçamentária Anual que fixou a dotação orçamentária, cujo saldo atual é suficiente para atender os gastos do exercício 2026, e que tal despesa será custeada com recursos arrecadados de acordo com a previsão orçamentária.

Declaro, ainda, que tal despesa atende às diretrizes, objetivos e prioridades estabelecidas na Lei de Diretrizes Orçamentárias e no Plano Plurianual, não infringindo quaisquer disposições nelas contidas.

Paraisópolis, 28 de abril de 2026.

**HANDERSON ALEX RIBEIRO**  
Diretor de Administração



**ATA DA REUNIÃO RELATIVA AO PROCESSO N.º 089/2026  
PROCESSO COMPARTILHADO N.º 032/2026**

Aos vinte e oito dias do mês de abril do ano de 2026, às 13 horas, com observância às disposições contidas na Lei n.º 14.133/21, reuniu-se a Comissão de Contratação desta Prefeitura, com a finalidade de analisar o **Processo Compartilhado n.º Processo Administrativo Licitatório n.º 005/2024, referente ao Pregão Eletrônico n.º 005/2024, da Ata de Registro de Preços n.º 005/2024 formalizado pelo Consórcio Intermunicipal Multifinalitário dos Municípios do Extremo Sul de Minas - CIMESMI, do qual o Município de Paraisópolis é partícipe.**

Aberta a sessão, constatamos:

**1 – FUNDAMENTAÇÃO LEGAL:** Artigo 6º, inciso XLVIII, da Lei n.º 14.133/2021.

**2 – COMPROVAÇÃO DA VANTAGEM:** A utilização da ata de registro de preços trará vantagens ao Município tendo em vista que possibilitará rapidez e economia na aquisição de pneus, câmara de ar e protetor, tendo em vista a boa qualidade do produto ofertado assim com a economia dos preços.

**3 – JUSTIFICATIVA DO PREÇO:** Por se tratar de processo compartilhado, ressalta-se que a centralização da contratação possibilitou ganho de escala, contribuindo para a obtenção de preços mais vantajosos em comparação a contratações isoladas. Ademais, a competição ampliada entre os licitantes favoreceu a seleção da proposta mais econômica e adequada ao interesse público. Cumpre destacar que a utilização da ARP compartilhada proporciona maior eficiência administrativa, flexibilidade na contratação e racionalização de recursos públicos, permitindo aquisições conforme a demanda, sem a necessidade de repetição de procedimentos licitatórios.

**4 – JUSTIFICATIVA DA AQUISIÇÃO:** A Prefeitura de Paraisópolis necessita da aquisição de pneus para veículos e máquinas pesadas, visando garantir a continuidade e a segurança dos serviços públicos prestados. O uso constante da frota municipal no transporte de servidores, alunos, pacientes, materiais e na execução de atividades diversas ocasiona desgaste natural dos pneus, tornando indispensável sua substituição periódica.

A contratação tem como objetivo assegurar o adequado funcionamento da frota, evitando interrupções nos serviços essenciais das áreas de educação, saúde, obras, assistência social, agricultura e demais setores da administração.

Buscando maior celeridade e eficiência, foi identificada a Ata de Registro de Preços nº 05/2024, oriunda do Pregão Eletrônico nº 05/2024, realizada pelo Consórcio Intermunicipal Multifinalitário dos Municípios do Extremo Sul de Minas – CIMESMI, do qual o Município de Paraisópolis é integrante.

Verificou-se que a empresa WATER SOLUÇÕES AMBIENTAIS EIRELI - EPP é detentora de itens compatíveis com as necessidades do Município. As especificações dos produtos estão em



conformidade com o termo de referência, tendo sido formalizada a anuência da referida empresa para fornecimento.

Dessa forma, a utilização da ata pelo Município, na condição de ente consorciado, atende aos princípios da economicidade, eficiência e vantajosidade, garantindo agilidade na contratação e segurança no atendimento da demanda administrativa.

#### **5 – ANÁLISE DA DOCUMENTAÇÃO PARA A UTILIZAÇÃO DA ARP:**

- Documento de formalização da Demanda – DFD;
- Ofício n.º 144/2026 de solicitação de anuência do fornecedor;
- Anuência do fornecedor;
- Edital;
- Anexo I – Termo de Referência;
- Ata de Vencedores do Processo;
- Ata de Registro de Preços n.º 005/2024;
- Estimativa do Impacto Orçamentário – Financeiro.

#### **6 – DOCUMENTOS DA EMPRESA CONTRATADA:**

- Certidão de Inteiro Teor;
- Contrato Social;
- CNPJ;
- Certidão de Regularidade Fiscal junto a Fazenda Federal, Estadual e Municipal válidas;
- Certificado de Regularidade do FGTS válida;
- Certidão Negativa de débitos trabalhistas válida;
- Certidão Cível de Falência e Concordata Negativa válida;
- Declaração de cumprimento ao Artigo 7º, Inciso XXXIII, da Constituição Federal;

Nada mais havendo a tratar, foi encerrada e lavrada a presente ata, que lida e achada conforme, segue assinada pelo Presidente e demais membros. O presente Processo de Compartilhamento será encaminhado à Procuradoria Municipal para emissão de parecer e posteriormente à Autoridade Superior para a devida Ratificação.

**JEAN PIERRE ALMEIDA PAULA**  
Presidente da Comissão de Contratação

**RICARDO JOSÉ DOS SANTOS**

Membro

**ROMEU DUTRA MORAES**

Membro



## **PARECER JURÍDICO**

Processo n.º 089/2026 – Processo Compartilhado n.º 032/2026

### **DO OBJETO**

A Comissão de Contratação solicitou parecer jurídico acerca do processo acima especificado, visando a **utilização do Processo Administrativo Licitatório nº 005/2024, referente ao Pregão Eletrônico nº 005/2024, da Ata de Registro de Preços n.º 005/2024 formalizado pelo Consórcio Intermunicipal Multifinalitário dos Municípios do Extremo Sul de Minas - CIMESMI, do qual o Município de Paraisópolis é participe.**

### **CONSIDERAÇÕES JURÍDICAS**

O presente processo de utilização de ata de registro de preços compartilhada, tendo sua instauração sido motivada na solicitação da Diretor do Departamento de Administração, no estatuto, e da ata acostados aos autos, que demonstram incontestemente a personalidade jurídica dos institutos beneficiados, por conseguinte, o feito se encontra instruído com as documentações exigidas legalmente, quais sejam, cópia da Ata de Registro de Preço do Órgão Gerenciador, Ofício de Anuência do Fornecedor, Proposta Comercial do Fornecedor, cópia da Documentação do Fornecedor, que encontra respaldo legal no artigo 6º, inciso XLVIII, da Lei 14.133/2021.

### **CONCLUSÃO**

Por tudo exposto, após cumpridas as formalidades internas iniciais e estando presentes os requisitos autorizadores da contratação por processo compartilhado de pregão eletrônico, **opino favoravelmente pelo prosseguimento do feito**, submetendo-o à ratificação da autoridade superior.

Cumprir registrar que o presente parecer tem natureza meramente consultiva, restringindo-se à análise formal do procedimento, não sendo vinculativo e sem adentrar ao mérito da conveniência e oportunidade do feito.

É o parecer, **s.m.j.**

Paraisópolis, 28 de abril de 2026.

**HUMBERTO LUIS CUNHA FERREIRA DA ROCHA**

OAB-MG 127.847

Advogado do Município



PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAISÓPOLIS – MG  
Praça Getúlio Vargas, 38 – Centro – Paraisópolis/MG – CEP 37.660-000  
Tel.: 35 3651 1500 – E-mail: pmparaisopolis@gmail.com

**DESPACHO DE RATIFICAÇÃO DO PROCESSO LICITATÓRIO N.º 089/2026  
PROCESSO COMPARTILHADO N.º 032/2026**

Reconheço e RATIFICO o **Processo Licitatório n.º 089/2026 – Processo Compartilhado n.º 032/2026**, com fundamento na Lei 14.133/21 tendo em vista o constante do presente processo.

Contratante: **MUNICÍPIO DE PARAISÓPOLIS/MG**

Contratada: **WATER SOLUÇÕES AMBIENTAIS LTDA**

CNPJ: **02.873.270/0001-32**

Valor: **R\$1.278.521,30 (um milhão, duzentos e setenta e oitos mil, quinhentos e vinte e um reais e trinta centavos).**

Objeto: **Utilização da Ata de Registro de Preços n.º 005/2024, do Processo Administrativo Licitatório nº 005/2024, referente ao Pregão Eletrônico nº 005/2024, do Consórcio Intermunicipal Multifinalitário dos Municípios do Extremo Sul de Minas - CIMESMI, cujo objeto é aquisição de pneus novos (primeira vida), devidamente certificados pelo Inmetro, e correlatos, para uso na manutenção dos veículos da frota de veículos do município de Paraisópolis, especificado no Termo de Referência, Anexo do Edital, do qual o Município de Paraisópolis é participante.**

Paraisópolis, 29 de abril de 2026.

**HANDERSON ALEX RIBEIRO**  
Diretor de Administração



**TERMO DE CONTRATO N.º 150/2026**  
**PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 089/2026**

**CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 150/2026, QUE FAZEM ENTRE SI O MUNICÍPIO DE PARAISÓPOLIS /MG POR INTERMÉDIO DO DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E A EMPRESA WATER SOLUÇÕES AMBIENTAIS LTDA.**

O Município de Paraisópolis/MG, por intermédio do Departamento de Administração, com sede na Praça Getúlio Vargas, n.º 38, Centro, na cidade de Paraisópolis/MG, inscrito no CNPJ sob o n.º 18.025.965/0001-02, neste ato representada pela Diretor do Departamento de Administração, Sr. **Handerson Alex Ribeiro**, nomeado pelo Decreto Municipal n.º 3.706, de 2021, portador da Matrícula Funcional n.º 3.977, doravante denominado **CONTRATANTE**, e a empresa **WATER SOLUÇÕES AMBIENTAIS LTDA.**, inscrita no CNPJ sob o n.º 02.873.270/0001-32, sediada à Rua José de Barros Cobra, n.º 35, bairro Novo Horizonte, no município de Pouso Alegre/MG, CEP n.º 37.554-121, doravante denominada **CONTRATADA**, neste ato representada pelo Sr. **Márcio Pereira da Silva**, sócio e administrador, portador do CPF n.º 435.842.686-72, conforme atos constitutivos da empresa, tendo em vista o que consta no **Processo n.º 089/2026** e em observância às disposições da Lei n.º 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do **Processo Compartilhado n.º 032/2026**, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

**CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO**

1.1. O objeto do presente instrumento é a Utilização da Ata de Registro de Preços n.º 005/2024, do Processo Administrativo Licitatório nº 005/2024, referente ao Pregão Eletrônico nº 005/2024, do Consórcio Intermunicipal Multifinalitário dos Municípios do Extremo Sul de Minas - CIMESMI, cujo objeto é aquisição de pneus novos (primeira vida), devidamente certificados pelo Inmetro, e correlatos, para uso na manutenção dos veículos da frota de veículos do município de Paraisópolis, especificado no Termo de Referência, Anexo do Edital, do qual o Município de Paraisópolis é partícipe.

1.2. Objeto da contratação:

PRODUTO	ITEM	DESCRIÇÃO	QUANT.	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
PNEUS	47	215/65R16	82	R\$650,00	R\$3.300,00
	56	245/70R16	28	R\$1.386,00	R\$8.808,00
	48	215/75R17,5	90	R\$2.147,00	R\$93.230,00
	58	235/75R17,5	18	R\$2.615,00	R\$47.070,00
	71	275/80R22.5	134	R\$3.429,00	R\$459.486,00
	23	12-16.5	8	R\$2.743,00	R\$21.944,00
	22	12.5/80-18	12	R\$3.429,00	R\$41.148,00
	38	19.5-24	12	R\$7.641,00	R\$91.692,00
	27	1400R24	18	R\$6.663,00	R\$119.934,00
	30	17.5R25	16	R\$8.035,00	R\$128.560,00
	25	12.4.24	6	R\$3.723,00	R\$22.338,00
	35	18.4.30	6	R\$6.804,00	R\$40.824,00
CÂMARAS	2	12-16.5	4	R\$309,00	R\$1.236,00



DE AR	3	12.4.24	4	R\$210,00	R\$840,00
	4	12.5/80	4	R\$318,20	R\$1.272,80
	5	1400x24	10	R\$448,75	R\$4.487,50
	7	17.5.25	4	R\$642,75	R\$2.571,00
	8	18.4.30	4	R\$650,00	R\$2.600,00
	10	19.5.24	6	R\$380,00	R\$2.280,00
PROTETOR	78	1400x24	8	R\$200,00	R\$1.600,00
	79	17.5x25	6	R\$550,00	R\$3.300,00
<b>VALOR TOTAL: R\$1.278.521,30</b>					

1.3. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

1.3.1. O DFD (documento de formalização de demanda);

1.3.2. O TR (termo de referência);

1.3.3. A Proposta do CONTRATADO;

1.3.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

## CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses contados da assinatura do Contrato, na forma dos artigos 105 e 106 da Lei n.º 14.133, de 2021.

2.2. O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa do CONTRATADO, previstas neste instrumento.

## CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS

Condições de entrega dos materiais e responsabilidades da contratada

3.1. A empresa deverá entregar o material solicitado no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis após emissão da ordem de fornecimento.

3.2. Garantir a qualidade dos produtos entregues, contra defeitos de fabricação, durante o prazo mínimo de 5 (cinco) anos, contados da data da Nota fiscal de entrega dos pneus.

3.3. Uma vez notificada pela Administração sobre falhas na entrega do produto, a contratada deverá adotar as medidas corretivas no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas.

3.4. O não atendimento dos prazos estabelecidos poderá ensejar a aplicação de penalidades, conforme previsto no contrato.

3.5. Todos os custos relacionados à execução do serviço, incluindo transporte, substituição de equipamentos e manutenção, serão de responsabilidade da contratada.

## CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO

4.1. Não será permitida a subcontratação.

## CLÁUSULA QUINTA – PREÇO

5.1. O valor total da contratação é de **R\$1.278.521,30 (um milhão, duzentos e setenta e oitos mil, quinhentos e vinte e um reais e trinta centavos)**.

5.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais,



trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

5.3. O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos ao CONTRATADO dependerão dos quantitativos efetivamente fornecidos.

#### **CLÁUSULA SEXTA – PAGAMENTO**

6.1. Após o recebimento definitivo realizado pelo gestor do contrato, a Nota Fiscal e os documentos pertinentes serão devidamente encaminhados para o responsável por sua liquidação e posteriormente para o setor responsável pelo pagamento;

6.2. O pagamento será realizado no prazo de 30 (trinta) dias contados a partir da emissão da Nota Fiscal ou Fatura, juntamente com a Ordem de Fornecimento.

6.3. Poderão ser descontados dos pagamentos devidos os valores para cobrir despesas com multas, indenizações a terceiros ou outras despesas de responsabilidade do licitante.

#### **CLÁUSULA SÉTIMA – REAJUSTE**

7.1. Os preços são fixos e irremovíveis no prazo de um ano contado da data limite para a apresentação das propostas; Dentro do prazo de vigência do contrato e mediante solicitação da CONTRATADA, os preços contratados poderão sofrer reajuste após decorrido 1 (um) ano, aplicando-se o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo Especial – IPCA-E/IBGE, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

#### **CLÁUSULA OITAVA – OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE**

8.1. São obrigações do CONTRATANTE:

8.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo CONTRATADO, de acordo com o contrato e seus anexos;

8.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência; Notificar o CONTRATADO, por escrito, sobre vícios, defeitos incorreções, imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas na execução do objeto contratual, fixando prazo para que seja substituído, reparado ou corrigido, total ou parcialmente, às suas expensas, certificando-se de que as soluções por ele propostas sejam as mais adequadas;

8.1.3. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo CONTRATADO;

8.1.4. Efetuar o pagamento ao CONTRATADO do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência.

8.2. Aplicar ao CONTRATADO as sanções previstas na lei e neste Contrato;

8.2.1. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo CONTRATADO;

8.2.2. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

8.3. A Administração terá o prazo de 5 (cinco) dias, contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.



8.4. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo CONTRATADO no prazo máximo de 15 (quinze) dias;

**8.4.1. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.**

8.5. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo CONTRATADO com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do CONTRATADO, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

## **CLÁUSULA NONA – OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO**

9.1. O CONTRATADO deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e de seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

9.1.1. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

9.1.2. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens e serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

9.1.3. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo CONTRATANTE, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

9.1.4. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o CONTRATADO deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos:

9.1.4.1. prova de regularidade relativa à Seguridade Social;

9.1.4.2. certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;

9.1.4.3. certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do CONTRATADO;

9.1.4.4. Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e

9.1.4.5. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

9.1.4.6. Atestado de Capacidade Técnica (pelo menos um) compatível com o objeto.

9.2. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao CONTRATANTE e não poderá onerar o objeto do contrato;

9.3. Comunicar ao Fiscal do contrato tempestivamente, observada a urgência da situação, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual, não ultrapassando o prazo de 24 (vinte e quatro) horas;

9.4. Paralisar, por determinação do CONTRATANTE, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros;

9.5. Manter, durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação ou para qualificação na contratação direta;



- 9.6. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação;
- 9.7. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas;
- 9.8. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
- 9.9. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei n.º 14.133, de 2021;
- 9.10. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do CONTRATANTE;
- 9.11. Alocar os empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, com habilitação e conhecimento adequados;
- 9.12. Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos;
- 9.13. Fornecer todos os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação de regência;
- 9.14. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local de execução do objeto e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina;
- 9.15. Submeter previamente, por escrito, ao CONTRATANTE, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere;
- 9.16. Cumprir as normas de proteção ao trabalho, inclusive aquelas relativas à segurança e à saúde no trabalho;
- 9.17. Não submeter os trabalhadores a condições degradantes de trabalho, jornadas exaustivas, servidão por dívida ou trabalhos forçados;
- 9.18. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos de idade, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos de idade, observada a legislação pertinente;
- 9.19. Não submeter o menor de dezoito anos de idade à realização de trabalho noturno e em condições perigosas e insalubres e à realização de atividades constantes na Lista de Piores Formas de Trabalho Infantil, aprovada pelo Decreto n.º 6.481, de 12 de junho de 2008;
- 9.20. Receber e dar o tratamento adequado a denúncias de discriminação, violência e assédio no ambiente de trabalho;
- 9.21. Entregar o objeto acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português, e da relação da rede de assistência técnica autorizada;
- 9.22. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei n.º 8.078, de 1990);
- 9.23. Comunicar ao CONTRATANTE, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;



9.24. Orientar e treinar seus empregados sobre os deveres previstos na Lei n.º 13.709, de 14 de agosto de 2018, adotando medidas eficazes para proteção de dados pessoais a que tenha acesso por força da execução deste contrato;

#### **CLÁUSULA DÉCIMA – OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD**

10.1. As partes deverão cumprir a Lei n.º 13.709, de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

10.2. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.

10.3. É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.

10.4. A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo CONTRATADO.

10.5. Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do CONTRATADO eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

10.6. É dever do CONTRATADO orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.

10.7. O CONTRATADO deverá exigir de SUBOPERADORES e SUBCONTRATADOS o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.

10.8. O CONTRATANTE poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o CONTRATADO atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.

10.9. O CONTRATADO deverá prestar, no prazo fixado pelo CONTRATANTE, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

10.10. Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.

10.11. Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.

10.12. O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

10.13. Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade nacional.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – GARANTIA DE EXECUÇÃO**

11.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução.



## **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

12.1. As regras acerca de infrações e sanções administrativas referentes à execução do contrato são aquelas definidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

## **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL**

13.1. O contrato será extinto quando vencido o prazo nele estipulado, observado o art. 75, inciso VIII, da Lei n.º 14.133/2021, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.

13.2. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei n.º 14.133, de 2021, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

13.3. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

13.4. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

13.5. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

13.6. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

13.6.1. Do balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

13.6.2. Da relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

13.6.3. Das indenizações e multas.

13.7. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório.

13.8. O CONTRATANTE poderá ainda:

13.8.1. nos casos de obrigação de pagamento de multa pelo CONTRATADO, reter a garantia prestada a ser executada, conforme legislação que rege a matéria; e

13.8.2. nos casos em que houver necessidade de ressarcimento de prejuízos causados à Administração, nos termos do inciso IV do art. 139 da Lei n.º 14.133, de 2021, reter os eventuais créditos existentes em favor do CONTRATADO decorrentes do contrato.

13.8.3. O contrato poderá ser extinto caso se constate que o CONTRATADO mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou na contratação direta, ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

## **CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – ALTERAÇÕES**

14.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos art. 124 e seguintes da Lei n.º 14.133, de 2021.

14.2. O CONTRATADO é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

14.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.



14.4. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do CONTRATANTE, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês.

14.5. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei n.º 14.133, de 2021.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

15.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral do Município deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

02.12.03.26.782.0012.2.389 33.90.30 Ficha 669  
02.10.02.20.609.0009.2.053 33.90.30 Ficha 498  
02.06.03.04.122.2001.2.015 33.90.30 Ficha 060  
02.06.03.04.122.2001.2.822 33.90.30 Ficha 088  
02.10.03.23.695.0010.2.065 33.90.30 Ficha 523  
02.06.03.06.182.2001.2.802 33.90.30 Ficha 112  
02.08.01.10.301.1020.2.797 33.90.30 Ficha 209  
02.12.04.15.452.0023.2.390 33.90.30 Ficha 686  
02.08.01.10.302.1024.2.800 33.90.30 Ficha 241  
02.11.02.08.244.0006.2.044 33.90.30 Ficha 548  
02.11.05.08.244.0006.2.351 33.90.30 Ficha 573  
02.09.02.12.361.0003.2.024 33.90.30 Ficha 303  
02.11.02.08.243.0006.2.357 33.90.30 Ficha 534  
02.08.01.10.304.1025.2.813 33.90.30 Ficha 278

*15.1.1. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.*

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DOS CASOS OMISSOS**

16.1. Os casos omissos serão decididos pelo CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei n.º 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei n.º 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – PUBLICAÇÃO**

17.1. Incumbirá ao CONTRATANTE divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, *caput*, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012.



**PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAISÓPOLIS – MG**  
Praça Getúlio Vargas, 38 – Centro – Paraisópolis/MG – CEP 37.660-000  
Tel.: 35 3651 1500 – E-mail: pmparaisopolis@gmail.com

## **CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – FORO**

18.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Paraisópolis/MG para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei n.º 14.133, de 2021.

Paraisópolis, 29 de abril de 2026

**MUNICÍPIO DE PARAISÓPOLIS – CONTRATANTE**  
**HANDERSON ALEX RIBEIRO**  
Diretor de Administração

**WATER SOLUÇÕES AMBIENTAIS LTDA. – CONTRATADA**  
**Márcio Pereira da Silva**  
CNPJ n.º 02.873.270/0001-32

### **TESTEMUNHAS:**

1- \_\_\_\_\_

2- \_\_\_\_\_

**EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 150/2026**

**PROCESSO LICITATÓRIO N.º 089/2026 - COMPARTILHADA N.º 032/2026**

**Partes: MUNICÍPIO DE PARAISÓPOLIS**  
**WATER SOLUÇÕES AMBIENTAIS LTDA**

**OBJETO: O objeto do presente instrumento é a Utilização da Ata de Registro de Preços n.º 005/2024, do Processo Administrativo Licitatório n.º 005/2024, referente ao Pregão Eletrônico n.º 005/2024, do Consórcio Intermunicipal Multifinalitário dos Municípios do Extremo Sul de Minas - CIMESMI, cujo objeto é aquisição de pneus novos (primeira vida), devidamente certificados pelo**



Inmetro, e correlatos, para uso na manutenção dos veículos da frota de veículos do município de Paraisópolis, especificado no Termo de Referência, Anexo do Edital, do qual o Município de Paraisópolis é participante.

Valor Global: R\$1.278.521,30 (um milhão, duzentos e setenta e oitos mil, quinhentos e vinte e um reais e trinta centavos), conforme abaixo especificado:

PRODUTO	ITEM	DESCRIÇÃO	QUANT.	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
PNEUS	47	215/65R16	82	R\$650,00	R\$3.300,00
	56	245/70R16	28	R\$1.386,00	R\$8.808,00
	48	215/75R17,5	90	R\$2.147,00	R\$93.230,00
	58	235/75R17,5	18	R\$2.615,00	R\$47.070,00
	71	275/80R22.5	134	R\$3.429,00	R\$459.486,00
	23	12-16.5	8	R\$2.743,00	R\$21.944,00
	22	12.5/80-18	12	R\$3.429,00	R\$41.148,00
	38	19.5-24	12	R\$7.641,00	R\$91.692,00
	27	1400R24	18	R\$6.663,00	R\$119.934,00
	30	17.5R25	16	R\$8.035,00	R\$128.560,00
	25	12.4.24	6	R\$3.723,00	R\$22.338,00
	35	18.4.30	6	R\$6.804,00	R\$40.824,00
CÂMARAS DE AR	2	12-16.5	4	R\$309,00	R\$1.236,00
	3	12.4.24	4	R\$210,00	R\$840,00
	4	12.5/80	4	R\$318,20	R\$1.272,80
	5	1400x24	10	R\$448,75	R\$4.487,50
	7	17.5.25	4	R\$642,75	R\$2.571,00
	8	18.4.30	4	R\$650,00	R\$2.600,00
	10	19.5.24	6	R\$380,00	R\$2.280,00
PROTETOR	78	1400x24	8	R\$200,00	R\$1.600,00
	79	17.5x25	6	R\$550,00	R\$3.300,00
<b>VALOR TOTAL: R\$1.278.521,30</b>					

Data da Assinatura: 29/04/2026

Prazo de Vigência: 29/04/2026 até 29/04/2027

Em atendimento à Lei Municipal 2433/15 de 10/09/2015, certifico que este extrato foi publicado em 30/04/2026.

Aline Barbosa e Castro  
Setor de Licitações